

ABORDAGENS PARADIGMÁTICAS E A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

SIDNEI GRIPA

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

MARCIA ZANIEVICZ DA SILVA

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

JONAS CARDONA VENTURINI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

LUCIANO CASTRO DE CARVALHO

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)

ABORDAGENS PARADIGMÁTICAS E A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual das pesquisas em ciências sociais é fato que existem diferentes perspectivas paradigmáticas, a exemplo do objetivismo, subjetivismo, positivismo, antipositivismo, realismo, nominalismo, etc. (MAY, 2004), assim como que não é possível estabelecer teorias amplamente aceitas. Otero (1980), comenta que a sociologia ainda é uma ciência subdesenvolvida. O autor ainda pontua que o problema da ciência social é que existem poucas teorias e muitas doutrinas e opiniões. Existe também uma notória resistência à teorização, devido a uma filosofia antiquada que confunde teoria científica com especulação desenfreada (OTERO, 1980).

Dentre as diferentes classificações propostas, Burrell e Morgan (1979) apresentaram um diagrama o qual classifica os estudos nas ciências sociais em quatro paradigmas excludentes entre si, tendo em vista os pressupostos ontológicos, epistemológicos, de natureza humana e metodológicos subjacentes, sendo eles o funcionalismo, interpretativismo, estruturalismo radical e humanismo radical.

A matriz paradigmática defendida por Burrell e Morgan (1979) está apoiada nas concepções de Kuhn (1975) sobre a incomensurabilidade dos paradigmas (SCHULTZ; HATCH, 1996; DE PAULA, 2016). Para Kuhn (1975), os paradigmas são incomensuráveis, ou seja, cada paradigma pode ser avaliado somente segundo os seus próprios critérios. Uma das definições de paradigma, proposta por Kuhn (1975, p. 13) considera-o como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.

Outra corrente de estudos formadas por autores como Gioia e Pitre (1990), Hassard (1991), Parker e Mchugh (1991), Schultz e Hatch (1996), Lewis e Grimes (1999), não aceita o argumento da incomensurabilidade dos paradigmas, pois acreditam que os limites paradigmáticos são permeáveis. Gioia e Pitre (1990, p. 591) pontuam que “as abordagens multiparadigmáticas oferecem a possibilidade de criar novos *insights* porque partem de diferentes pressupostos ontológicos e epistemológicos e, portanto, podem explorar diferentes facetas dos fenômenos organizacionais e produzir resultados marcadamente diferentes e únicos”.

Na literatura sobre a Teoria do Capital Social parece não haver convergência em relação as suas bases paradigmáticas. Sistematizada por Bourdieu, a Teoria do Capital Social ganha notoriedade a partir dos estudos seminais de Bourdieu (1979, 1980) e Coleman, (1986, 1987, 1988). Em seguida, cientistas políticos (PUTNAM, 1993; FUKUYAMA, 1995), teóricos organizacionais (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997; TSAI; GHOSHAL, 1998) adotaram a Teoria do Capital Social como referência à busca de respostas para uma gama de questões (ADLER; KWON, 2002). Mesmo após a popularidade da Teoria do Capital Social, percebe-se um conflito paradigmático nas bases teóricas.

Siisänen (2003) classificou os estudos de Bourdieu sobre o Capital Social na sociologia do conflito e no estruturalismo e, o trabalho de Putnam sobre o Capital Social, na sociologia da integração. Coradini (2010) pontuou que as bases teóricas do Capital Social de Bourdieu preservam as ideais de capital de Marx, enquanto o Capital Social de Coleman está alinhado a visão integrativa das relações sociais de Durkheim. Melo, Regis e Van Bellen (2015) classificaram os estudos de

Bourdieu no paradigma crítico e os estudos de Coleman, Putnam e Ghoshal no paradigma funcionalista.

Diante da crescente adoção da Teoria do Capital Social e, considerando-se as variantes paradigmáticas observadas durante a evolução da Teoria do Capital Social, três questões direcionam as contribuições desse estudo teórico:

- a) Como surgiu e como se estabeleceu a Teoria do Capital Social?
- b) Com base nos estudos seminais de Bourdieu (1979, 1980), Coleman (1986, 1987, 1988), Putnam (1993) e Ghoshal (1997, 1998), pode-se classificar a Teoria do Capital Social como multiparadigmática?
- c) Qual é a predominância paradigmática da Teoria do Capital Social tendo com base os estudos seminais Bourdieu (1979, 1980), Coleman (1986, 1987, 1988), Putnam (1993) e Ghoshal (1997, 1998)?

Tendo como ponto de referência as definições e classificações paradigmáticas dos quatro paradigmas propostos por Burrell e Morgan (1979), o objetivo deste ensaio teórico é realizar uma avaliação paradigmática dos estudos seminais da Teoria do Capital Social.

O ensaio teórico possibilita investigar as bases paradigmáticas dos estudos seminais da Teoria do Capital Social de Bourdieu, Coleman, Putnam e Ghoshal, bem como, contrapor classificações realizadas por outros estudiosos. Como contribuição destaca-se também a evolução e disseminação da Teoria do Capital Social e as implicações da utilização da teoria nos estudos organizacionais.

O estudo está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução, no capítulo dois é apresentado o referencial teórico sobre os paradigmas para a Teoria Social, propostos por Burrell e Morgan (1979). O capítulo três contempla os conceitos predominantes da Teoria do Capital Social. No capítulo quatro são apresentadas as reflexões das abordagens paradigmáticas e a Teoria do Capital Social. O capítulo cinco contempla as considerações finais do estudo.

2 PARADIGMAS PARA A TEORIA SOCIAL

Burrell e Morgan (1979) conceberam uma abordagem paradigmática para a teoria social que a divide em diferentes conjuntos de pressupostos metateóricos sobre a natureza da ciência social e sobre a natureza da sociedade. Burrell e Morgan segregam a natureza da ciência social em abordagem ‘subjettiva’ e ‘objetiva’. Já em relação aos pressupostos metateóricos sobre a natureza da sociedade, Burrell e Morgan sugerem um contraste entre a ‘sociologia da mudança radical’ e a ‘sociologia da regulação’.

Sobre a natureza da ciência social é conveniente destacar que as Teorias Sociais apresentam quatro pressupostos subjacentes às diferentes abordagens da ciência social, relativos à ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia (BURRELL; MORGAN, 1979).

O pressuposto ‘ontológico’ diz respeito à essência do fenômeno sob investigação, do ponto de vista do investigador social, ou seja, a ‘realidade’ a ser investigada é uma realidade externa ao indivíduo, impondo-se à sua consciência a partir de fora (realismo), ou é produto de sua consciência (nominalismo) (BURRELL; MORGAN, 1979). O segundo conjunto de pressuposto está relacionado à ‘epistemologia’ e à própria natureza do conhecimento, sendo o conhecimento algo sólido, real e capaz de ser transmitido de modo tangível (positivismo), ou é algo mais maleável, subjetivo, baseado na experiência (antipositivismo) (BURRELL; MORGAN, 1979). No terceiro pressuposto, referente à ‘natureza humana’, os seres humanos e suas experiências são vistos como produtos do ambiente (determinismo), ou seres humanos que possuem um papel criativo, sendo olhado como

criador de seu ambiente (voluntarismo) (BURREL; MORGAN, 1979). Por último, o pressuposto Metodologia, está diretamente relacionado com os demais uma vez que os pesquisadores tendem a assumir uma das seguintes posturas metodológicas: 1) tratam o mundo social como um mundo natural, sendo sólido, real e externo ao indivíduo (nomotético); 2) tratam como um mundo social mais maleável, pessoal e de qualidade mais subjetiva (ideográfico).

No que diz respeito à natureza da sociedade, representada pelo contraste entre a ‘sociologia da mudança radical’ ou uma ‘sociologia da regulação’, Burrel e Morgan (1979) pontuam que a sociologia da regulação é essencialmente interessada em entender por que a sociedade é mantida como uma entidade. Já a sociologia da mudança radical é interessada essencialmente na emancipação do homem de suas estruturas, que limitam e impedem seu potencial de desenvolvimento (BURREL; MORGAN, 1979).

O diagrama que resulta da sobreposição dos eixos sobre a natureza da ciência social e a natureza da sociedade define o que Burrel e Morgan defendem ser os quatro principais paradigmas que fundamentam os estudos nas ciências sociais e estudos organizacionais (CALDAS; FACHIN, 2005). Os quatro paradigmas sugeridos por Burrel e Morgan (1979) são classificados como: humanismo radical, estruturalismo radical, interpretativismo e funcionalismo, excludentes entre si, tendo em vista a oposição dos pressupostos ontológicos, epistemológicos, de natureza humana e metodológicos.

O paradigma humanista radical tem interesse em desenvolver a sociologia da mudança radical de um ponto de vista subjetivista com uma visão da sociedade que enfatiza a importância de destruir ou de transcender as limitações dos arranjos sociais existentes, os modos de dominação, emancipação, potencialidade e privação (BURREL; MORGAN, 1979). Este paradigma critica o *status quo* e vê a sociedade como anti-humana, que aspira por libertar os seres humanos dos padrões sociais existentes. É nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfico (BURREL; MORGAN, 1979).

A ênfase do paradigma estruturalista radical está na sociologia da mudança radical sob o ponto de vista objetivo. O estruturalismo radical busca a mudança radical, emancipação e potencialidade, em uma análise que enfatiza conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação e, se concentra nas relações estruturais dentro de um mundo social real (BURREL; MORGAN, 1979). É realista, positivista, determinista e nomotético. A mudança social é explicada pelas forças exercidas na sociedade como o poder. As mudanças radicais são reflexo de crises políticas e econômicas (BURREL; MORGAN, 1979).

O paradigma interpretativo busca entender o mundo social ao nível da experiência subjetiva, ou seja, dentro do quadro de referência do participante, em oposição ao do observador da ação, vendo o mundo social como um processo que foi criado pelos indivíduos (BURREL; MORGAN, 1979). É nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfico e, está envolvido com assuntos relacionados ao *status quo*, a ordem social, o consenso, a integração e coesão, a solidariedade e atualização (BURREL; MORGAN, 1979).

Quanto ao paradigma funcionalista, pode-se dizer que está enraizado na sociologia da regulação e estuda o sujeito principal de um ponto de vista objetivo e racional, buscando prover soluções práticas para os problemas (BURREL; MORGAN, 1979). Tem interesse em dar explicações sobre o *status quo*, ordem social, integração social, solidariedade, necessidade de satisfação e atualização sob o ponto de vista que tende para ser realista, positivista, determinista e nomotético. O paradigma funcionalista inclina-se a assumir que o mundo social é composto de artefatos empíricos relativamente concretos e de relações que podem ser identificadas, estudadas e medidas por meio de abordagens derivadas das ciências naturais (BURREL; MORGAN, 1979).

3 TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

A Teoria do Capital Social tem, nas últimas décadas, adquirido importância em relação à uma série de estudos nas mais diversas áreas como educação, desenvolvimento regional, organizações, redes sociais, etc. Dada a importância e relevância do Capital Social, seu conceito foi apropriado pelo Banco Mundial. Possivelmente o primeiro estudioso social a escrever sobre o tema, embora não tenha designado o termo Capital Social foi Tocqueville (1832), quando observou a diferença associativista entre a França e os Estados Unidos (EUA), ao considerar que os EUA possuíam uma rica tradição associativista, a qual fazia com que a democracia e o sistema de governo norte-americanos funcionassem melhor que o Francês (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006).

No entanto, foi Hanifan (1916) que utilizou pela primeira vez o termo Capital Social para descrever sobre como a participação de uma comunidade rural americana (no Estado da Virgínia Ocidental) contribuiu para a melhora dos estabelecimentos escolares daquela comunidade. Nesse sentido, o Capital Social refere-se às conexões entre os indivíduos, às estruturas sociais, às normas de reciprocidade e confiabilidade que surgem para contribuir com o coletivo (HANIFAN, 1916).

Posteriormente, o conceito de Capital Social foi retomado por Jacobs (1961), no livro *The death and life of great american cities*. Nesse livro Jacobs ressalta a resolução de problemas de uma determinada localidade, ratificando que as relações construídas e acumuladas ao longo do tempo, pela permanência de certas pessoas em um bairro, é o Capital Social necessário para a autogestão de um bom bairro (MELO; REGIS; VAN BELLEN, 2015).

Mas foi entre as décadas de 1970 e 1980 que a Teoria do Capital Social ganha destaque, ao receber a atenção de dois sociólogos – Bourdieu (1979, 1980) e Coleman, (1986, 1987, 1988). Após as publicações de Bourdieu e Coleman outros estudiosos, cientistas políticos (PUTNAM, 1993; FUKUYAMA, 1995) e teóricos organizacionais (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997; TSAI; GHOSHAL, 1998) utilizaram a Teoria do Capital Social na busca de respostas para diversas questões (ADLER; KWON, 2002). Nesse sentido, é possível perceber a popularidade da Teoria do Capital Social nas mais variadas áreas do conhecimento.

3.1 Abordagem sociológica da teoria da capital social

Após vários *insights* sobre o Capital Social (TOCQUEVILLE, 1832; HANIFAN, 1916; JACOBS, 1961) foi por meio de Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que a Teoria do Capital Social foi de fato sistematizada, tendo em vista a preocupação de Bourdieu em compreender como a sociedade civil se desenvolve e, como as classes dominantes mantêm sua posição na sociedade.

A definição de capital de Bourdieu está enraizada no seu posicionamento teórico sobre as classes sociais de acordo com capital econômico, cultural e social que ela possui. Esses três recursos tornam-se socialmente eficazes e sua propriedade é legitimada pela mediação do capital simbólico (SIISIINEN, 2003). Bourdieu tratou, o tema do Capital Social pela primeira vez, em seu artigo *Les Trois États du Capital Cultural* de 1979, publicado na revista *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. Neste artigo, Bourdieu escreve sobre outra forma de capital, o Capital Cultural.

Apesar de não tratar diretamente do termo Capital Social em seu artigo de 1979, Bourdieu enfatiza o conceito de Capital Cultural com a necessidade de entender porque jovens de classe sociais diferentes apresentavam desempenho escolar totalmente desiguais. “É compreensível que, quando se trata de avaliar os benefícios do investimento escolar, possa-se apenas questionar a

rentabilidade do gasto educacional para a sociedade como um todo ou a contribuição da educação para produtividade nacional” (BOURDIEU, 1979, p. 3).

Esse contexto tipicamente funcionalista das funções da educação, não escapa ao economicismo e ignora, entre outras coisas, que o desempenho acadêmico escolar depende do capital cultural previamente investido pela família (BOURDIEU, 1979). Neste sentido “o retorno econômico e social do título educacional depende do Capital Social, também herdado, que pode ser colocado a seu serviço” (BOURDIEU, 1979, p. 3).

Percebe-se no artigo de Bourdieu, *Les Trois États du Capital Cultural* de 1979, o enfoque nos laços de dominação e poder, tendo em vista que a procedência social dos estudantes, ou seja, família, sobrenome, clube seletivo o qual faz parte, que permitem acesso ao Capital Cultural mais facilmente, constituindo-se nas diferenças escolares dos indivíduos e nos sistemas de dominação. Essa evidência contraria toda a teoria do capital humano até então aceita, de que todos os estudantes teriam as mesmas chances e oportunidades na educação.

Após o artigo *Les Trois États du Capital Cultural*, Bourdieu retoma o tema com mais profundidade em seu artigo de 1980, *Le Capital Social*, publicado também em uma nota de abertura na revista *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. “Considerando os atributos econômicos e culturais inerentes à maneira como as relações acontecem na sociedade, o conceito de Capital Social surgiu como uma maneira de descrever como os efeitos sociais impactam os agentes singulares” (CARVALHO, 2014, p. 22).

Para Bourdieu (1980, p. 2), Capital Social diz respeito “ao conjunto de recursos atuais ou potenciais que são colocados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas pelo convívio e pelo reconhecimento”. Em outras palavras o Capital Social, refere-se à totalidade de recursos reais e potenciais que os indivíduos podem mobilizar por meio da participação em organizações e redes sociais (MCCLLENAGHAN, 2000). A quantidade de Capital Social de um agente em particular depende da extensão da estrutura de relacionamentos que ele pode efetivamente mobilizar e o volume de capital econômico, cultural ou simbólico, possuído pela respectiva estrutura social (BOURDIEU, 1980).

Se os créditos pela sistematização da Teoria do Capital são atribuídos a Bourdieu, a sua popularização no meio científico é conferida a James Samuel Coleman, sociólogo norte-americano (DODD, 2016). Coradini (2010, p. 564) pontua que as “definições conceituais de Bourdieu e Coleman são as principais referências sobre a Teoria do Capital Social, com forte proeminência quantitativa para as definições conceituais de Coleman”

Coleman publicou um artigo na revista *American journal of Sociology* intitulado de *Social theory, social research, and a theory of action* (1986), por meio do qual o autor descreve suas constatações a respeito das complexas mudanças na estrutura da sociedade, na pesquisa social e nas relações entre elas. Nesse artigo, Coleman critica a visão sociológica e econômica da ação social e aponta a necessidade de uma teoria que misture ambas as correntes teóricas. Mesmo não reportando ao termo Capital Social, no artigo é possível perceber alguns pilares da Teoria do Capital Social os quais, foram sistematizados nos seus artigos de 1987, *Norms as Social Capital* e 1988, *Social Capital in the Creation of Human Capital*.

No artigo de 1987, publicado como capítulo de um livro sobre imperialismo econômico, Coleman (1987 p. 134) pontua que seu objetivo neste artigo é “examinar as normas a partir de uma perspectiva da escolha racional, reconhecendo que as normas surgem, que elas restringem o comportamento e que, portanto, não podem ser ignoradas na teoria social”. A ausência das normas possibilita aos indivíduos a realização de ações sem restrições, prevalecendo o individualismo sem considerar as consequências para os outros (COLEMAN, 1987). Para Coleman (1987), as normas

socias dão a base para o Capital Social e sua presença resulta em níveis mais altos de satisfação geral para os indivíduos, pois estes não sofrerão com as ações irrestritas dos outros.

No artigo de 1988, publicado na revista *American journal of Sociology* Coleman (1988) sugere uma teoria da ação racional, rejeitando as premissas individualizadas extremas que frequentemente a acompanham, tendo em vista que os atores possuem certo controle sobre determinados recursos e interesses em recursos externos ao seu controle. Assim, o Capital Social constitui um tipo específico de recurso disponível para os atores e suas estruturas sociais. “Coleman está preocupado com a questão de saber se ferramentas conceituais, eficientes no nível individual, podem ser utilizadas para fazer a chamada transição micro-macro (ou seja, estender além da família para agregados e coletividades maiores)” (TZANAKIS, 2013, p. 4). As escolhas nas interações em nível micro produzem, em primeiro lugar, reciprocidade e confiança e, segundo, como consequência não intencional dessas escolhas, confiar em um nível macro mais alto e, portanto, em valores integrativos (SIISIINEN, 2003).

Coleman (1988, p. S98) conceitua o Capital Social pela sua função. “Não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todas elas consistem em algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores - sejam pessoas ou atores corporativos - dentro da estrutura”. Como outras formas de capital, o Capital Social é produtivo, possibilitando a consecução de certos objetivos que, na sua ausência, não seriam possíveis” (COLEMAN, 1988, p. S98).

Em outras palavras, o Capital Social é um recurso estrutural social que serve como um ativo de capital para o indivíduo e facilita certas ações e resultados para aqueles que ocupam uma determinada estrutura social (COLEMAN, 1990). Três formas de Capital Social são examinadas por Coleman (1988): a) confiança, obrigações e expectativas; b) normas, relações de autoridade; c) compartilhamento de informações.

3.2 Abordagem política da teoria do capital social

Se no contexto da sociologia a sistematização da Teoria do Capital Social é atribuída a Pierre Bourdieu e James Samuel Coleman, nas Ciências Políticas Robert David Putnam, cientista político, norte-americano se caracterizou como pioneiro na utilização da respectiva teoria. Sem a intenção inicial de estudar o Capital Social, Putnam utilizou a teoria para explicar as diferenças encontradas em questões fundamentais sobre a vida cívica, nas regiões da Itália. Putnam abordou a Teoria do Capital Social pela primeira vez no livro *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* publicado em 1993. Desde a publicação de *Making Democracy Work*, o conceito de Capital Social alcançou um novo destaque na comunidade das ciências sociais (BOIX; POSNER, 1996).

Putnam (1993a, p. 167) conceitua o Capital Social como: “características da organização social, como confiança, normas e redes sociais, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas: Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a consecução de certos fins que não seriam atingíveis em sua ausência”.

Tendo em vista os regimes políticos da antiga Itália, algumas regiões apresentaram ser mais dotadas de Capital Social do que outras, e isso determinou as diferenças no desempenho encontrado no norte da Itália em comparação com o sul (PUTNAM, 1993a). Em outras palavras, algumas regiões da Itália foram caracterizadas por uma densa rede de associações cívicas e uma cultura ativa de engajamento cívico horizontal (norte), enquanto outras foram caracterizadas por relações verticais de exploração e dependência (sul), (PUTNAM, 1993c). Putnam (1993b) conclui que

trabalhar em conjunto é mais fácil em uma comunidade abençoada com um estoque substancial de Capital Social.

A região mais cívica prosperou porque a confiança e a reciprocidade foram moldadas em seu tecido social há muito tempo, esse é um fato até então ignorado pela economia tradicional, ou seja, Putnam (1993c) sugere que a riqueza é a consequência, não a causa, de uma sociedade cívica. O Capital Social incorporado nas normas e redes de engajamento cívico parece ser uma pré-condição para o desenvolvimento econômico, bem como para um governo eficaz (PUTNAM, 1993b). As redes de engajamento cívico também facilitam a coordenação, a comunicação e ampliam as informações sobre a confiabilidade de outros indivíduos (PUTNAM, 1993b).

Uma sociedade que depende da reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade desconfiada, pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que o escambo, sendo assim, a confiança lubrifica a vida social (PUTNAM, 1993b). Dimensões do Capital Social, como confiança, normas e redes, tendem a ser autorreforçadoras e cumulativas e, ao contrário do capital convencional, o Capital Social é um 'bem público', isto é, não é de propriedade privada daqueles que se beneficiam dele (PUTNAM, 1993b). Putnam (1993b) complementa que o Capital Social está se tornando um ingrediente vital no desenvolvimento econômico em todo o mundo.

3.3 Abordagem organizacional da teoria do capital social

No contexto organizacional, Sumantra Ghoshal representa uma figura central no estabelecimento da Teoria do Capital Social como um constructo válido na pesquisa gerencial (MATTHEWS; MARZEC, 2012). Em 1997, Sumantra Gohshal em parceria com Nitin Nohria, publicaram o livro: *The differentiated network: organizing multinational corporations for value creation*. Nohria e Ghoshal (1997) pontuam nesse livro como objetivos principais: oferecer um modelo teórico e empiricamente útil de empresas multinacionais (EMN), estimular mais pesquisas sobre as multinacionais e reavivar o interesse na teoria da contingência, que declinou na década de 1970.

Contudo, na parte três do livro Nohria e Ghoshal (1997) enfatizam que as redes são úteis para entender o modelo operacional das EMN modernas e, afirmam que o Capital Social do indivíduo está diretamente relacionado com a extensão da sua rede de relacionamentos. Indivíduos dotados de mais Capital Social possuem maior chance de prosperar em suas carreiras, bem como, empresas dotadas desses indivíduos possuem maior chance de obter vantagem competitiva (NOHRIA; GHOSHAL, 1997).

Ainda no ano de 1997, Sumantra Ghoshal com Janine Nahapiet, publicaram um artigo na *Academy of Management Proceedings* intitulado: *Social capital, intellectual capital and the creation of value in firms*. Neste artigo Nahapiet e Ghoshal (1997) argumentam que a Teoria do Capital Social fornece uma base poderosa para entender a criação do capital intelectual em geral e, uma base para a compreensão da natureza da vantagem organizacional, uma vez que as empresas, como instituições, tendem a ser relativamente bem-dotadas de Capital Social.

Tendo em vista que o conceito de Capital Social não é unidimensional, Nahapiet e Ghoshal (1997) propuseram um modelo de Capital Social que integra essas diferentes perspectivas em três dimensões distintas: a) Capital Social Cognitivo; b) Capital Social Estrutural; c) Capital Social Relacional. Os autores pontuaram os meios pelos quais cada uma dessas dimensões facilita a combinação e a troca de conhecimento. A proposição central na Teoria do Capital Social é que as redes de relacionamentos constituem um recurso valioso para a condução dos assuntos sociais (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997). Assim como o capital físico, financeiro e humano, o Capital

Social é produtivo, possibilitando a realização de certos fins que, na sua ausência, não seriam possíveis, ou seriam alcançados a um custo maior (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997).

Nahapiet e Ghoshal (1997, p. 35) definem o Capital Social como “os recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis por meio de derivados da rede de relacionamentos possuídos por uma unidade individual ou social”. Assim, o Capital Social compreende tanto a rede quanto os ativos que podem ser mobilizados por meio dessa rede (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997). Embora tenham separado a Teoria do Capital Social em três dimensões: Cognitiva, Estrutural e Relacional, Nahapiet e Ghoshal (1997) reconhecem que as três dimensões são altamente inter-relacionadas.

A dimensão cognitiva do Capital Social refere-se àqueles recursos que representam compreensão compartilhada, interpretações e sistemas de significados entre as partes, alcançados por meio de linguagem compartilhada, códigos e narrativas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997). Percebe-se nessa sistematização de Nahapiet e Ghoshal (1997) um forte alinhamento com as ideias de Capital Social de Robert David Putnam. A dimensão estrutural do Capital Social refere-se ao padrão de conexões entre atores e inclui laços de rede, configuração de rede descrevendo o padrão de ligações em termos de medidas como densidade, conectividade e hierarquia (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997). A dimensão relacional do Capital Social refere-se àqueles ativos que são criados e alavancados por meio dos relacionamentos e incluem atributos como confiança, normas e sanções, obrigações e expectativas e identificação. (NAHAPIET; GHOSHAL, 1997).

Em 1998, Janine Nahapiet e Sumantra Ghoshal publicam mais um artigo na revista *The Academy of Management Journal*, intitulado: *Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage*, neste artigo de 1998, os autores ampliam a discussão teórica a respeito da Teoria do Capital Social. Diferentemente do artigo de 1997, no qual o referencial teórico é limitado, dando ênfase apenas às publicações de Burt (1992) e Coleman (1990), o estudo de Nahapiet e Ghoshal (1998) apresenta um referencial teórico mais robusto em relação à Teoria do Capital Social, contemplando os estudos de Burt (1992), Coleman (1988, 1990), Fukuyama (1995), Granovetter (1973), Jacobs (1965), Loury (1977), Putnam (1993, 1995), entre outros.

Nahapiet e Ghoshal (1998) reforçam como argumentos do artigo: (1) o Capital Social facilita o desenvolvimento de novos capitais intelectuais; (2) as organizações, como ambientes institucionais, favorecem o desenvolvimento e altos níveis de evolução do Capital Social; (3) é por causa de seu Capital Social denso que as empresas, dentro de certos limites, têm uma vantagem em relação aos mercados na criação e compartilhamento de capital intelectual.

Nahapiet e Ghoshal (1998, p. 243) conceituam o Capital Social como “**a soma** dos recursos reais e potenciais incorporados, disponíveis através e derivados da rede de relacionamentos possuídos por um indivíduo ou unidade social”. Percebe-se no conceito de Capital Social de Nahapiet e Ghoshal (1998) uma pequena alteração em relação ao conceito de Nahapiet e Ghoshal (1997), sendo acrescentado ‘**a soma**’ no conceito. Embora o Capital Social tenha muitas formas (relacional, estrutural e cognitivo), cada uma dessas formas tem duas características em comum: (1) elas constituem algum aspecto da estrutura social e (2) facilitam as ações dos indivíduos dentro da estrutura (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Percebe-se nos estudos seminais de Bourdieu, Coleman, Putnam e Ghoshal que as definições do Capital Social não apresentam uma homogeneidade. Adler e Kwon (2002) pontuam que dependendo do foco dos autores a definição do Capital Social varia segundo: (1) as relações que um ator mantém com outros atores, (2) a estrutura das relações entre os atores dentro de uma coletividade, ou (3) ambos os tipos de ligações.

Para Bourdieu o Capital Social é um recurso individual que depende de outros capitais. Nesse contexto, o capital social é visto como um ativo intangível intrínseco à rede social que

vincula um ator focal a outros atores, ajudando a explicar o sucesso de indivíduos (ADLER; KWON, 2002). A origem do Capital Social de Bourdieu vem dos seus estudos voltados a educação e suas ideias sobre divisão de classes, se estabelecendo no nível meso de análise. Para Bourdieu o Capital Social reproduz a desigualdade social ao mesmo tempo que aumenta a integração em grupos específicos.

O Capital Social de Coleman destaca que a confiança presente em determinadas estruturas sociais, promove o desenvolvimento dessa referida estrutura social. Ao contrário de Bourdieu, para Coleman o Capital Social não é possuído por determinado indivíduo, mas existente das relações entre os indivíduos. A origem do Capital Social de Coleman vem dos seus estudos voltados a educação e constatação das mudanças na estrutura da sociedade, se estabelecendo também no nível meso de análise.

Putnam complementa o conceito de Coleman inserindo as normas e redes sociais, como facilitadoras das ações coordenadas, mas amplia a análise para o nível macro (país, regiões). O uso do conceito de Capital Social de Putnam remete para um recurso comunitário, coletivo semelhante ao de Coleman e é originado dos seus estudos sobre o desenvolvimento de regiões. Nessas visões, “o capital social de uma coletividade (organização, comunidade, nação e assim por diante) não está tanto nos laços externos da coletividade com outros atores externos, mas sim nas características internas dos atores coletivos na busca de objetivos comuns” (ADLER; KWON, 2002, p. 21).

Ghoshal emprega em seu conceito de Capital Social ideias de Bourdieu, Coleman e Putnam. Para o autor o Capital Social é um recurso individual mas também existente das relações entre indivíduos. A origem do Capital Social de Ghoshal vem dos estudos em EMN, se estabelecendo no nível micro/meso. Ghoshal, adota uma postura mista em relação aos tipos de ligações na estrutura social. “O comportamento de um ator coletivo, tal como uma empresa, é influenciado tanto por suas ligações externas com outras firmas e instituições, quanto pelo tecido de suas ligações internas: sua capacidade de ação efetiva é tipicamente uma função de ambas” (ADLER; KWON, 2002, p. 21).

4 REFLEXÕES SOBRE AS ABORDAGENS PARADIGMÁTICAS E A TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

Do ponto de vista ontológico, de acordo com Burrell e Morgan (1979), os estudos podem ser classificados no realismo ou nominalismo. No realismo, o mundo real é composto por estruturas concretas e tangíveis. Esse ponto de vista está claro no conceito de Capital Social de Bourdieu, pois o autor aborda e enfatiza as redes duráveis de relações, o pertencimento a grupos e os laços permanentes entre os membros do grupo, ou seja, estruturas concretas e tangíveis. A concepção de Capital Social de Coleman remete também ao realismo. Para Coleman (1988), o Capital Social é um recurso derivado da ligação e cooperação entre sujeitos por meio de valores compartilhados e confiança. A base do Capital Social de Coleman enfatiza, principalmente, às estruturas familiares, ou seja, estruturas concretas e tangíveis (realismo).

Por sua vez, Putnam enfatiza as características da organização social (confiança, normas e redes), referindo-se ao Capital Social como um recurso gerado na sociedade civil (PATULNY; SVENDSEN, 2007), ou seja, uma realidade externa ao indivíduo (realismo). A abordagem do Capital Social de Ghoshal enfatiza a soma dos recursos reais, algo que indivíduo ou unidade social possuem e, os recursos potenciais, ou seja, aqueles recursos que o indivíduo ou unidade social possam conseguir por meio das redes de relacionamentos (realismo). Para o realismo, mesmo o indivíduo não percebendo e rotulando o mundo real, ainda assim as estruturas concretas e tangíveis

existem independentemente do indivíduo, como entidade empírica (BURREL; MORGAN, 1979). Nesse contexto ontológico, Nahapiet e Ghoshal (1998) enfatizam que o Capital Social constitui algum aspecto da estrutura social e facilitam as ações dos indivíduos dentro da estrutura (realismo).

Em relação ao posicionamento epistemológico e a própria natureza do conhecimento em positivismo ou antipositivismo, pode-se caracterizar o Capital Social de Bourdieu como positivista. O positivismo busca explicar do mundo social, pela procura de regularidades e relações causais entre seus elementos constituintes. Nesse sentido, as constatações de Bourdieu de que o capital econômico, cultural e social influenciam de maneira distinta o desempenho escolar dos jovens de classe sociais diferentes, possui um viés positivista, pois contraria a teoria do capital humano até então aceita, de que todos os estudantes teriam as mesmas chances e oportunidades na educação. Os estudos de Coleman a respeito da Teoria do Capital Social possuem também uma abordagem positivista. Coleman assenta seus estudos na engenharia social, além de serem resultado de sua assinatura dos esquemas da economia neoclássica e da teoria da escolha racional (CORADINI, 2010).

Putnam (1993a) conduziu sua pesquisa com a intenção de fornecer evidências empíricas da experiência de reorganização institucional governamental da Itália. O autor utilizou as instituições como uma variável independente e depois como variável dependente para tentar entender por que as instituições governamentais do norte da Itália obtiveram mais sucesso que as instituições do Sul (PUTNAM, 1993a). Nesse sentido, percebe-se um alinhamento do estudo de Putnam ao positivismo, tendo em vista que o autor procurou identificar quais eram as características das regiões italianas que obtiveram sucesso após a reorganização governamental em detrimento às que não obtiveram.

Nahapiet e Ghoshal (1997, 1998) tiveram como foco principal de seus estudos a busca pelas inter-relações entre o Capital Social e o Capital Intelectual. Nahapiet e Ghoshal (1998) apresentam um modelo que incorpora uma série de relações hipotéticas entre as diferentes dimensões do Capital Social (relacional, estrutural e cognitivo), e os principais mecanismos e processos necessários para a criação do capital intelectual (positivismo).

No que diz respeito à natureza humana, (determinismo e voluntarismo), pode-se classificar os estudos de Bourdieu sobre o Capital Social como determinista e voluntarista. Essa posição intermediária fica evidente no conceito de Capital Social de Bourdieu, pois vê o homem e suas atividades completamente determinadas pelo ambiente (determinismo), ou seja, está relacionado aos benefícios advindos da participação em certos grupos. Mas também como enfatizado por Bourdieu (1980), a existência de uma rede de conexões não é um dado natural, mas o produto da criação e manutenção de trabalho que é necessário para produzir e reproduzir ligações duradouras, úteis, para obter benefícios materiais ou simbólicos, (voluntarismo), sendo o homem, completamente autônomo e possuidor de livre arbítrio (BURREL; MORGAN, 1979). Burrel e Morgan (1979) observam que adotar um ponto intermediário em relação aos pressupostos da natureza humana permite a influência tanto de fatores situacionais ou voluntários na constatação de atividades dos seres humanos.

Por sua vez, Coleman (1988) pontua que o Capital Social não é um atributo dos indivíduos, mas sim dependente do contexto e da estrutura social. A visão determinista vê o homem e suas atividades completamente determinadas pela situação ou pelo ambiente em que ele se situa (BURREL; MORGAN, 1979). Putnam (1993a) apresenta o Capital Social como valores coletivos, e reforça que o sucesso das regiões do norte da Itália se deu pelas características específicas daquelas regiões (características da organização social), sendo assim o homem e suas atividades foram determinadas pelo ambiente (determinismo). Anteriormente definido como um recurso

individual, agora o Capital Social de Putnam se torna propriedade de grupos, sociedades e nações, (MCCLLENAGHAN, 2000).

Para os autores Nahapiet e Ghoshal (1998) o Capital Social facilita o desenvolvimento do capital intelectual, afetando as condições necessárias para que ocorra a troca e a combinação (determinismo). Nahapiet e Ghoshal (1998) pontuam que as diferenças no desempenho entre empresas podem representar diferenças em sua capacidade de criar e explorar o Capital Social (voluntarismo). Nahapiet e Ghoshal (1998, p. 262), tendo como referência Bourdieu (1986), reforçam que “a existência de conexões não é um dado natural, ou mesmo um dado social [...] é o produto de um esforço sem fim de instituição”. Percebe-se assim que Nahapiet e Ghoshal (1998) possuem um posicionamento intermediário em relação a natureza da sociedade.

Tendo em vista os pressupostos ontológicos, epistemológicos e de natureza humana, das abordagens da Teoria do Capital Social pode-se classificar os estudos em relação a natureza metodológica. Os estudos seminais dos quatro autores (Bourdieu, Coleman, Putnam e Ghoshal) podem ser classificados como monotéticos. O interesse desse tipo de estudo, portanto, é com a identificação e definição dos elementos e com a descoberta dos meios pelos quais as relações podem ser expressas (BURREL; MORGAN, 1979). Percebe-se nos estudos de Boudieu (1979, 1980), sobre o Capital Social um foco nas relações e nos benefícios colocados em prol dos indivíduos em uma determinada estrutura social (rede). O estudo de Coleman (1988) analisa do efeito da falta de Capital Social familiar e comunitário disponível para alunos do segundo grau e sua relação com o abandono escolar antes da formatura por meio de técnicas estatísticas (nomotético).

Em seu estudo Putnam (1993a) realizou diversas entrevistas com conselheiros regionais, vereadores, líderes comunitários, cidadãos comuns além de se utilizar da análise de dados secundários como análise da legislação italiana e estudos de casos. A abordagem nomotética à ciência social coloca ênfase na importância de basear pesquisa em protocolo sistemático e em técnica (BURREL; MORGAN, 1979). Nos estudos de Ghoshal sobre o Capital Social, a intenção é de explicar como o Capital Social facilita a criação de capital intelectual, como ambientes institucionais (organizações), favorecem o desenvolvimento e altos níveis de Capital Social e como o desempenho superior de algumas organizações podem ser explicados por meio do seu Capital Social (nomotético).

Em se tratando da natureza da sociedade definidas por Burrel e Morgan (1979), pelo contraste entre a ‘sociologia da mudança radical’ ou uma ‘sociologia da regulação’, os estudos de Bourdieu a respeito do Capital Social podem ser classificados na sociologia da mudança radical. O conceito de Capital Social de Bourdieu enfatiza os conflitos e a função de poder de determinados grupos. MccLenaghan (2000) pontua que os mesmos fortes laços sociais que ajudam uma comunidade ou alguns membros da mesma comunidade, também permitem que eles dominem e excluam outros. “A partir da perspectiva de Bourdieu, o Capital Social torna-se um recurso nas lutas sociais que são realizadas em diferentes arenas sociais ou campos sociais” (SIISIINEN, 2003, p. 193). Para Bourdieu, o Capital Social reproduz a desigualdade social, pois é um recurso escasso e, portanto, um mecanismo de reprodução de classe que perpetua a desigualdade estruturada (TZANAKIS, 2013).

Os estudos de Coleman a respeito do Capital Social podem ser classificados na sociologia da regulação. Ao contrário de Bourdieu, que enfatiza o conflito e a função de poder, Coleman vê o Capital Social como um mecanismo de ligação que contribui para a integração da estrutura social (TZANAKIS, 2013). O Capital Social de Coleman é visto com um bem público, remetendo as bases teóricas de Durkheim sobre a integração das relações sociais (CORADINI, 2010).

Os estudos de Putnam a respeito do Capital Social podem ser classificados também na sociologia da regulação. Em seu artigo: *The prosperous community: social capital and public life* Putnam (1993b) faz referência a David Hume, filósofo escocês do século XVIII, a respeito da parábola do milho.

Seu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É benéfico para nós dois, que eu trabalhe com você hoje, e que você me ajude amanhã. Não tenho gentileza para você e sei que você tem pouco para mim. Não vou, portanto, tomar qualquer cuidado com a sua conta; e devo trabalhar com você por minha conta, na expectativa de um retorno, sei que ficaria desapontado e que, em vão, dependeria da sua gratidão. Aqui eu deixo você trabalhar sozinho; Você me trata da mesma maneira. As estações mudam; e ambos perdemos nossas colheitas por falta de confiança e cooperação mútua (PUTNAM, 1993b, p.1).

A partir do contexto da parábola do milho, Putnam desenvolve suas ideias de ação coletiva e integração social. Siisiainen (2003) complementa que o estudo de Putnam preserva muitas das ideias da sociologia da regulação. Seu conceito de Capital Social é direcionado para questões que reforçam a integração dos valores da sociedade, da solidariedade e união e que criam consenso e sustentam o desenvolvimento estável da sociedade (SIISIAINEN, 2003).

Por sua vez, o Capital Social de Ghoshal pode enquadrar-se na sociologia da regulação. Apesar de Nahapiet e Ghoshal (1998) destacarem que o Capital Social não é um recurso universalmente benéfico, a proposição central de sua Teoria do Capital Social é que as redes de relacionamentos constituem um recurso valioso para a condução de atividades sociais, fornecendo aos seus membros o ‘capital de propriedade coletiva’, uma ‘credencial’ que os leva a crédito, nos vários sentidos da palavra.

Com base nos pressupostos metateóricos sobre a natureza da ciência social e a natureza da sociedade, pode-se classificar os estudos com base na abordagem paradigmática definida por Burrell e Morgan (1979). O Capital Social de Bourdieu possui características do paradigma ‘Estruturalista Radical’. O estruturalismo radical está comprometido com mudança radical, emancipação e potencialidade, em uma análise que enfatiza o conflito estrutural, modos de dominação, contradição e privação (BURRELL; MORGAN, 1979). A produção de Bourdieu a respeito das várias formas de violência simbólica e estruturas de dominação estão enraizadas na sociologia do conflito e no estruturalismo (SIISIAINEN, 2003).

Por sua vez, a teoria de Coleman, Putnam e Ghoshal sobre o Capital Social assenta-se no paradigma ‘Funcionalista’. O paradigma Funcionalista é firmemente envolvido com a filosofia de engenharia social como base para a mudança social, enfatizando a importância de entender a ordem, o equilíbrio e a estabilidade na sociedade e os meios pelos quais eles podem ser mantidos (BURRELL; MORGAN, 1979).

Verifica-se que o conceito do Capital Social pode ser aplicado nos níveis individual, grupal, organizacional e até mesmo do país. Portes (2000, p. 138) pontua que “há um consenso geral de que o Capital Social se refere à capacidade dos atores em garantir benefícios por meio da integração em redes sociais ou outras estruturas sociais”.

A Figura 1 sintetiza as análises apresentadas neste estudo, apresentando elementos referentes aos pressupostos metateóricos da natureza da ciência social (ontologia, epistemologia, natureza humana e metodologia) e da natureza da sociedade (sociologia da mudança radical e sociologia da regulação), bem como, indica a abordagem paradigmática predominante dos autores mais representativos da Teoria do Capital Social.

Pressupostos Metateóricos		Bourdieu (1980)	Coleman (1988)	Putnam (1993)	Nahapiet e Ghoshal (1998)
Natureza da Ciência Social	Ontologia	Realismo	Realismo	Realismo	Realismo
	Epistemologia	Positivismo	Positivismo	Positivismo	Positivismo
	Natureza Humana	Determinismo Voluntarismo	Determinismo	Determinismo	Determinismo Voluntarismo
	Metodologia	Nomotético/Qualitativo	Nomotético/Quantitativo	Nomotético/Quantitativo - Qualitativo	Nomotético/Qualitativo
Natureza da Sociedade		Mudança Radical	Regulação	Regulação	Regulação
Paradigma Predominante		Estruturalista Radical	Funcionalista	Funcionalista	Funcionalista

Figura 1. Pressupostos Metateóricos da Teoria do Capital Social

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Percebe-se que os autores predominantes da Teoria do Capital Social possuem uma base ontológica enraizada no realismo, bem como, uma epistemologia positivista. Em relação a natureza humana pode-se caracterizar os estudos de Bourdieu (1980) e Nahapiet e Ghoshal (1998) como deterministas e voluntaristas, adotando uma posição intermediária. Já os estudos de Coleman (1988) e Putnam (1993) possuem um posicionamento determinista em relação a natureza humana. Todos os estudos apresentados na Figura 1 podem ser classificados como nomotéticos. Os estudos de Bourdieu (1980) e Nahapiet e Ghoshal (1988) mais teóricos, qualitativos, o estudo de Coleman (1988), quantitativo e o estudo de Putnam (1993) qualitativo e quantitativo.

Na Figura 1 também é possível observar que em se tratando do pressuposto metateórico da Natureza da Sociedade, com exceção do estudo de Bourdieu (1980), que tem uma predominância para a sociologia da mudança radical, todos os demais estudos Coleman (1988), Putnam (1993) e Nahapiet e Ghoshal (1998) tendem para a sociologia da regulação. Com base nos pressupostos metateóricos da natureza da ciência social e da natureza da sociedade pode-se observar na Figura 1, que o estudo de Bourdieu converge para o paradigma estruturalista radical, enquanto os demais estudos alinham-se ao paradigma funcionalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico teve como objetivo realizar uma avaliação paradigmática dos estudos seminais da Teoria do Capital Social com base nos autores mais representativos, a partir da definição clássica proposta por Burrell e Morgan (1979), sobre os quatro paradigmas da pesquisa social. Tendo em vista os estudos seminais, pode-se dizer que há indícios de que a Teoria do Capital Social de Bourdieu (1980) está enraizada no paradigma estruturalista radical, enquanto a Teoria do Capital Social de Coleman (1988), Putnam (1993) e Ghoshal (1998) estão arraigadas no paradigma funcionalista.

Percebe-se que a Teoria do Capital Social é multiparadigmática, já que há características distintas na obra de Bourdieu, em relação ao pressuposto da natureza humana e principalmente características da sociologia da mudança radical, em comparação com Coleman, Putnam e Ghoshal. Contudo constata-se uma predominância paradigmática funcionalista. As constatações deste estudo contrapõem a tese defendida por Burrell e Morgan (1979, p. 1), de que “todas as teorias organizacionais são baseadas em uma filosofia da ciência e em uma teoria da sociedade”.

Este ensaio teórico contribui para a literatura da Teoria do Capital Social e dos estudos organizacionais à medida que classifica os estudos seminais da Teoria do Capital Social em paradigmas distintos, servindo de subsídios para utilização em estudos futuros. Destaca-se a importância de observar as bases ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológicas, bem como, os pressupostos da natureza da sociedade de cada autor para não utilizar a Teoria do Capital Social de forma descontextualizada.

Outro ponto a destacar principalmente para autores menos experientes com o tema são as diferenças conceituais encontradas nos estudos seminais. Para Bourdieu o Capital Social é um recurso individual com foco externo, enquanto para Coleman e Putnam o Capital Social é um recurso coletivo e, o foco é interno. Ghoshal integra a visão externa de Bourdieu e interna de Coleman e Putnam destacando que o Capital Social é um recurso individual como também proveniente das relações entre indivíduos.

Este ensaio teórico trouxe contribuições para a debate sobre a teoria do Capital Social e sua relação com as abordagens paradigmáticas preconizadas por Burrell e Morgan (1979). Renovar é preciso, pensar fora da caixa é necessário, contudo não se pode descuidar dos pressupostos da ciência social e sociedade de cada autor associados a essa teoria. Se necessário for o trânsito entre os paradigmas que esse seja coerente e sustentado à luz de cada autor. Pinho (2016) reforça que a Teoria do Capital Social continua a atrair atenção substancial nas pesquisas. Pesquisas futuras de natureza qualitativa e quantitativa, transversais e principalmente longitudinais podem aprofundar os conceitos e enriquecer o arcabouço teórico do Capital Social, pois percebe-se que o mesmo necessita de mais investigação.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P. S.; KWON, S-W. Social capital: Prospects for a new concept. **Academy of management review**, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2002.
- BOIX, C.; POSNER, D. N. **Making Social Capital Work: A Review of Robert Putnam's Making Democracy Work, Civic Traditions in Modern Italy**. Cambridge, MA: Center for International Affairs, Harvard University, 1996.
- BOURDIEU, P. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 30, n. 1, p. 3-6, 1979.
- BOURDIEU P. Le capital social. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. pp. 23.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. Elements of sociology and corporate life. **Sociological Paradigms and Organisational Analysis**, 1979.
- BURT, R. S. **Structural holes: The social structure of competition**. Harvard university press, 1992.
- CALDAS, M. P.; FACHIN, R. C. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 46-51, 2005.
- COLEMAN, J. S. Social theory, social research, and a theory of action. **American journal of Sociology**, v. 91, n. 6, p. 1309-1335, 1986.
- COLEMAN, J. S. Norms as Social Capital. In: RADNITZKY, G.; BERNHOLZ, P. (Eds.). **Economic Imperialism**. New York: Paragon, 1987.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, v. 94, p. S95-S120, 1988.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DE PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos estudos organizacionais: o círculo das matrizes epistêmicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

DODD, M. D. Intangible resource management: social capital theory development for public relations. **Journal of Communication Management**, v. 20, n. 4, p. 289-311, 2016.

CARVALHO, L. C. **The influence of the supply chain agents on the new product development's performance: an analysis based on the multi-group moderation**. 2014. Tese de Doutorado.

CORADINI, O. L. The divergences between Bourdieu's and Coleman's notions of social capital and their epistemological limits. **Social Science Information**, v. 49, n. 4, p. 563-583, 2010.

FUKUYAMA, F. **Trust: Social virtues and the creation of prosperity**. London: Hamish Hamilton, 1995.

GIOIA, D. A.; PITRE, E. Multiparadigm perspectives on theory building. **Academy of management review**, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, 1973, 78: 1360-1380.

HANIFAN, L. J. The rural school community center. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 1916, 67.1: 130-138.

HASSARD, J. Multiple paradigms and organizational analysis: A case study. **Organization Studies**, v. 12, n. 2, p. 275-299, 1991.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. London: Penguin Books, 1965.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEWIS, M. W.; GRIMES, A. I. Metatriangulation: Building theory from multiple paradigms. **Academy of management review**, v. 24, n. 4, p. 672-690, 1999.

LOURY, G. C. A dynamic theory of racial income differences. In P A Wallace & A. M. LaMonde (Eds.), *Women, minorities and employment discrimination: 1977*, 153-186. Lexington, MA: Lexington Books.

MATTHEWS, R. L.; MARZEC, P. E. Social capital, a theory for operations management: a systematic review of the evidence. **International Journal of Production Research**, v. 50, n. 24, p. 7081-7099, 2012.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MC CLENAGHAN, P. Social capital: exploring the theoretical foundations of community development education. **British Educational Research Journal**, v. 26, n. 5, p. 565-582, 2000.

MELO, P. T. N. B.; REGIS, H. P.; VAN BELLEN, H. M. Princípios epistemológicos da teoria do capital social na área da administração. **Cadernos EBAPE. BR**, 2015, 13.1.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital and the creation of value in firms. In: **Academy of Management Proceedings**. Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management, 1997. p. 35-39.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **The Academy of Management Review**, Vol. 23, No. 2. pp. 242-266, 1998.

NOHRIA, N.; GHOSHAL, S. **The differentiated network: Organizing multinational corporations for value creation**. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

OTERO, A. M. Exame filosófico do vocabulário sociológico. In: BUNGE, Mario. **Epistemologia: curso de atualização**. São Paulo: EDUSP, 1980.

PARKER, M.; MCHUGH, G. Five texts in search of an author: a response to John Hassard's 'Multiple paradigms and organizational analysis'. **Organization Studies**, v. 12, n. 3, p. 451-456, 1991.

PATULNY, R. V.; SVENDSEN, G. Exploring the social capital grid: bonding, bridging, qualitative, quantitative. **International Journal of Sociology and Social Policy**, v. 27, n. 1/2, p. 32-51, 2007.

PINHO, J. C. Social capital and export performance within exporter-intermediary relationships: The mediated effect of cooperation and commitment. **Management Research Review**, v. 39, n. 4, p. 425-448, 2016.

PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Making democracy work: Civic traditions in modern Italy**. Princeton university press, 1993a.

PUTNAM, R. D. The prosperous community. **The american prospect**, v. 4, n. 13, p. 35-42, 1993b.

PUTNAM, R. D. What makes democracy work? **National Civic Review**, v. 82, n. 2, p. 101-107, 1993c.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, 6: 65-78, 1995.

SCHULTZ, M.; HATCH, M. J. Living with multiple paradigms the case of paradigm interplay in organizational culture studies. **Academy of management review**, v. 21, n. 2, p. 529-557, 1996.

SIISIAINEN, M. Two concepts of social capital: Bourdieu vs. Putnam. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 40, n. 2, p. 183-204, 2003.

TSAI, W.; GHOSHAL, S. Social capital and value creation: The role of intrafirm networks. **Academy of management Journal**, v. 41, n. 4, p. 464-476, 1998.

TZANAKIS, M. Social capital in Bourdieu's, Coleman's and Putnam's theory: empirical evidence and emergent measurement issues. **Educate**, v. 13, n. 2, p. 2-23, 2013.

VALE, G. M. V.; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. Capital social e suas implicações para o estudo das organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 13, n. 36, p. 45-63, 2006.